

## **Nós e Maria Helena...**

*Por Claudia Moraes de Souza*

*Historiadora*

*Professora Adjunta da Unifesp-Campus Osasco*

Aquela quinta-feira, como tantas, poderia ter seguido a rotina, as aulas de Compreensão da Realidade Brasileira, no Campus mais recentemente formado da Unifesp em Osasco-SP. Seguir a rotina, ir repetindo ações, algo que por vezes torna-se hábito tão arraigado que fica difícil pensar em mudar o que fazemos. As instituições educacionais, da escola infantil até a universidade, incorrem no rotineiro, criam e ratificam hábitos, que atendem suas estruturas, aulas seguidas, em salas também habitualmente organizadas, um professor que fala, discursa, e um aluno que ouve, apenas por vezes, se expressa! Porém, não podemos nos esquecer, são hábitos, usos costumeiros, podemos fazer diferente, podemos mudá-los.

Em nossa disciplina “Compreensão da Realidade Brasileira - Processo histórico e político do Brasil” a proposta é: sair do rotineiro. Naquela noite, o fizemos e Maria Helena nos motivou, nos inspirou, em uma reflexão intensa acerca da realidade brasileira e da memória nacional. Acompanhou-nos em uma atividade diferente, um debate qualificado, comprometido com o conhecimento de nossa história.

O tema que motivou o contínuo sendo de profunda importância, estávamos em abril, debatíamos a implantação da ditadura civil-militar. Ânimos exaltados pelas divulgações da grande mídia, vozes gritantes da Comissão Nacional da Verdade trazendo a público os crimes do Estado contra seus próprios cidadãos. Propusemos a leitura conjunta do livro “Estado e Oposição no Brasil” de Maria Helena Moreira Alves e, assim o fez, detalhadamente, o grupo de alunos composto por Luís Peternelli, Monise Mendonça, Guilherme Minami, Frederico Kenzo Ito dos Santos, Everton Luiz de Souza, Erika Hitomi Moriguti, Cideni Carrera Rodrigues, André Amado Aguiar e Hugo Bezerra da Silva. Alunos vibrantes, participativos que organizaram uma aula integrada, onde recebemos a autora, em nossa sala, via “Skipe”.

Maria Helena viveu aquela história, estudou e pesquisou séria, intensa e comprometidamente sobre o período, seu livro resultou deste misto de comprometimento militante, preocupação com a memória social e a democracia no Brasil. Da interação entre todos do grupo e a autora surgiu esta entrevista, única, mista de cumplicidade, a partir de um vínculo que se criou entre Maria Helena e “nós”, e de uma ampla significância histórica, posto que reveladora de um momento central da relação entre a Ditadura civil-militar e a Sociedade civil brasileira, o AI-5. Aqui ela vai publicada como forma de nosso agradecimento e admiração. Obrigada, Maria Helena por ter compartilhado conosco sua ampla experiência.

**Alunos: A sua formação educacional foi realizada nos EUA, em ciências políticas no MIT, nesta experiência direta no modelo universitário norte-americano, quais seriam para você, as características negativas para o Brasil dos acordos Mec-Usaid firmados em 1966 ?**

**MARIA HELENA MOREIRA ALVES:** Na verdade os governos militares não conseguiram o principal propósito que era a privatização das Universidades Públicas no Brasil. Mas conseguiram implementar muitos dos conceitos e programas educacionais. Na UERJ, por exemplo, colocaram uma faculdade da Escola Superior de Guerra, que funcionou dentro da UERJ, até 1986, quando os alunos e professores fizeram uma campanha intensa, com greve e tudo, para retirar da UERJ este departamento da ESG. Eu era já professora lá, na época, e fiz parte desta campanha. Queríamos fundar o Instituto de Estudos Latino Americanos e Internacionais no lugar, mas não conseguimos. Um dos colaboradores que acabou também como professor da UERJ foi o prof. Emir Sader. No entanto, os militares sim, conseguiram impor em todas as universidades do Brasil o ensino da Doutrina de Segurança Nacional com o tema do desenvolvimento e a estratégia da guerra contra os inimigos internos. Os cursos, obrigatórios para obter diplomas em todas as profissões, se chamavam "moral e cívica". Foi obrigatório, até 1988, e abolido com o movimento da Constituinte. Era obrigatório, inclusive, para quem estudou fora do Brasil e éramos obrigados a fazer o curso para poder revalidar os diplomas do exterior.

No entanto, dentro da dialética do Estado e oposição, que tanto me fascinou, até estes cursos foram mudados. Em vez de ensinarem a "moral e cívica" dentro dos conceitos da Doutrina de Segurança

Nacional e Desenvolvimento, uma boa parte deles fora, na verdade, feitos com um clone. Os professores recebiam por escrito as ordens para o curso e todo o currículo, e, ensinavam na sala de aula marxismo. Muitos foram até presos porque tinham pessoas do SNI dentro das salas de aula.

**A: O que te motivou a desenvolver sua tese de doutorado no assunto que resultou no livro “Estado e Oposição no Brasil (1964-1968)”?**

**MHMA** A motivação foi acadêmica e política, no sentido de que era necessário compreender melhor os conceitos básicos do Estado formado pelos militares e sua relação com a sociedade civil que nunca deixou de questionar e se organizar contra o golpe nas diferentes correntes políticas e classes sociais. Me pareceu importante conhecer a fundo como o Estado de Segurança Nacional foi influenciado, por um lado, pela doutrina geopolítica de controle dos Estados Unidos, e de outro, pelo nacionalismo dos militares brasileiros, liderados pelo general Golbery do Couto e Silva. Diferentemente de outras ditaduras, também ligadas a Doutrina de Segurança Nacional, que respondia aos interesses imperiais norte-americanos, os brasileiros desejavam ser um sub-império e criaram um sistema econômico que eles julgavam que poderia levar o Brasil e se transformar em um importante ator geopolítico a nível internacional e não somente um país dominado. Daí a ideia de Segurança Nacional com desenvolvimento e trabalho de formar um tripé, colocando o capital estatal como linha de frente para garantir o controle das áreas mais estratégicas da economia nacional: as indústrias de guerra, o desenvolvimento nuclear, as estatais de controle de recursos primários (como a vale do Rio Doce), e outras que menciono no livro. Também abriram e garantiram um lugar de monopólio para o capital nacional privado, principal aliado dos governos militares, ao formar áreas de desenvolvimento exclusivas para o capital nacional, mas trabalhando em conjunto com o capital multinacional, como por exemplo, o setor de autopeças que se formou junto com as empresas montadoras automobilísticas internacionais. Pouco se havia estudado sobre isso. Também me interessou o próprio desenvolvimento das oposições, e a divisão eventual de duas correntes classistas que acabaram dando origem aos principais partidos que temos hoje, o PSDB e o PT.

**A: Seu pai, Márcio de Mello Franco Alves, foi secretário de finanças no governo do Estado da Guanabara 1965-1971, período inicial da ditadura militar. Como foi a experiência política de seu pai junto ao poder executivo estadual na Ditadura Civil-Militar?**

**MHMA.** Sempre se fala de meu irmão e o trabalho de meu pai foi muito importante. Lembrem-se de que o Negrão de Lima foi governador da Guanabara, no período anterior ao AI-5 e, portanto, em uma época que tinha algo de abertura, que visava a legitimação do Estado de Segurança Nacional. Esta época terminou com o AI 5, inclusive foi proibida a eleição direta de governadores de estados por muitos anos. Os militares juntaram os Estados da Guanabara com o Rio de Janeiro porque a combatividade dos políticos e atores públicos da Guanabara tinha muito mais influência como um estado e foi diluída com a fusão. Até hoje é causa da decadência do Rio. Meu pai foi prefeito de Petrópolis nomeado pelo Getúlio Vargas, de quem era amigo na sua época digamos, democrática. Aliás, Getúlio foi meu padrinho porque nasci quando meu pai ainda era prefeito de Petrópolis . Meu pai também foi diretor da empresa estatal Companhia Siderúrgica Nacional e Secretário da Fazenda do governo do Negrão de Lima. Este governo teve influência importantíssima. Foi neste governo que a UERJ foi fundada. Também o Hemocentro e várias instituições de saúde tiveram apoio inclusive Oswaldo Cruz e hospitais. O Dr. Carlos Chagas era casado com uma prima irmã de meu pai e juntos trabalharam para o saneamento básico e saúde pública na Guanabara. Também apoiou muito o transporte coletivo e chegou a fechar um acordo para construir o metrô do Rio com a União Soviética. Acordo este que, naturalmente, foi vetado pelo governo federal. Meu pai era, de profissão, engenheiro civil, formado, por coincidência, em M.I.T. Em 1967 tivemos grandes enchentes no Rio de Janeiro e uma trágica ocorrência quando uma casa rolou das montanhas e derrubou três edifícios em Laranjeiras matando muitas pessoas. Como consequência o governo começou o trabalho de contenção das encostas do Rio, trabalho que continua até hoje, só que, infelizmente, agora mais na zona sul e deixam cair os morros nas favelas. Em 1967 também os militares começaram o programa de remoção das favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas. Houve uma intervenção federal com o Exército e chegaram a queimar uma favela da Lagoa, a da Praia do Pinto. Eram mais de 5 diferentes favelas ao redor da Lagoa. O povo todo foi levado de caminhão militar e à força para duas localidades: a Maré e a Cidade de Deus. Junto com Dom Helder Câmara minha família ajudou a fundar uma ONG, que existe até hoje, para trabalhar com as pessoas retiradas da Lagoa, a Ação Comunitária do Brasil-RJ. Hoje a ONG trabalha na Maré, Vila do João e na Cidade Alta.

**A: Qual é sua análise hoje sobre os desdobramentos que se sucederam ao pronunciamento do deputado Marcio Moreira Alves no Congresso em 02/09/68, no protesto contra a invasão da UnB?**

**MHMA.** Pensávamos que tinha sido uma vitória e havia um desconhecimento geral de que o AI5 estava preparado e escrito, e os militares esperavam o melhor momento político para fechar tudo. Estavam perdendo o controle. Os estudantes nas ruas, os operários também, os camponeses das Ligas Camponesas no governo do Miguel Arraes, em Pernambuco, se reagrupando, os movimentos sociais de base formados com a Igreja Católica, as CEBS, a classe dominante dividida e uma parte em franca oposição. Vários estados governados pelo MDB, que tinha sido criado pelos militares para seu papel de "oposição leal e construtiva" como chamavam, e agora estava virando oposição de verdade. Já estavam preparando um pano de fundo para fechar tudo, inclusive o Congresso Nacional, terminar com eleições para governadores e formar mais profundamente o aparelho repressivo com o SNI e as polícias militares. A invasão da Universidade de Brasília teve seu motivo próprio, para arrasar com a forte organização dos professores e alunos. Acabou servindo para indignar parlamentares, liderados por meu irmão, que lutaram dentro do congresso contra a violência. Importante notar que os militares estavam divididos e uma parte não queria o AI 5 e o fechamento total do sistema. A ala ligada ao Castelo Branco e ao Costa e Silva era contra. Os ligados ao Médici eram chamados de "linha dura" e no final ganharam. Com o vácuo de poder os da linha dura puderam agir. Foram com tudo em cima das diferentes oposições, incluindo a Igreja Católica. As oposições como resposta se dividiram como estratégia entre os que continuaram na oposição organizada pacífica e os que entraram e organizaram a luta armada. Do lado da oposição não armada foi se desenvolvendo pouco a pouco a organização do povo na base e dentro dos sindicatos. Daí surgiu o chamado "novo sindicalismo", as CEBS, as organizações que formaram o MST e a CUT , as greves do ABC etc. O resto vocês conhecem.

**A: O Estado não é algo concreto, o Estado é composto pela sociedade e se ele não funciona é porque está faltando a fiscalização do povo. Somos uma geração com o desejo de fazer a diferença, fazer o Estado cumprir o seu papel. Como devemos fazer isto?**

**MHMA:** Ah, estão perguntando a uma senhora de 70 anos que fez de tudo, a não ser entrar na luta armada, porque sou ainda firmemente, digamos "Ghandiana", e, melhor, admiradora do Mandela. Agora falando sério. Vocês tem de encontrar o caminho, uma geração que tem nas suas mãos a responsabilidade histórica de criar novas organizações, novas maneiras de fazer política, nova história. Não posso lhes falar o que fazer a partir da experiência de minha geração porque creio que falhamos muito. Mas a história é contínua e sempre há de se aprender com ela. Aprendendo com os erros da minha geração vocês encontrarão o caminho sempre e quando não se fecharem na suas classes e possam se voltar para o povo pobre, aprenderem juntos e caminharem juntos. Como disse o grande Paulo Freire, temos de aprender com os oprimidos, mas temos também que ter muito cuidado porque existe sim, o que Paulo Freire conceituou tão bem como "o opressor dentro do oprimido". Ter muito cuidado com os que chegam ao poder e se transformam em opressores. O livro do Paulo Freire "Pedagogia dos Oprimidos" é um clássico internacional. Não é por acaso que ele foi declarado pela ONU como o educador do século vinte. Muito ainda temos de caminhar e aprender. Mas as soluções são criadas na história, a partir da análise histórica do que passou para não ficarmos, como disse o Marx, "condenados a repetir".

Créditos:

**Entrevista com :**

**Maria Helena Moreira Alves, Phd em Ciências Políticas do MIT (Massachusetts Institute of Technology), Especialista em Direitos Humanos e Política Internacional. Professora de Ciência Política e Economia (UERJ), (aposentada), atualmente reside no Chile.**

**Entrevistadores :** Luis Peternelli, Monise Mendonça, Guilherme Minami, Frederico Kenzo Ito dos Santos, Everton Luiz de Souza, Erika Hitomi Moriguti, Cideni Carrera Rodrigues, André Amado Aguiar e Hugo Bezerra da Silva